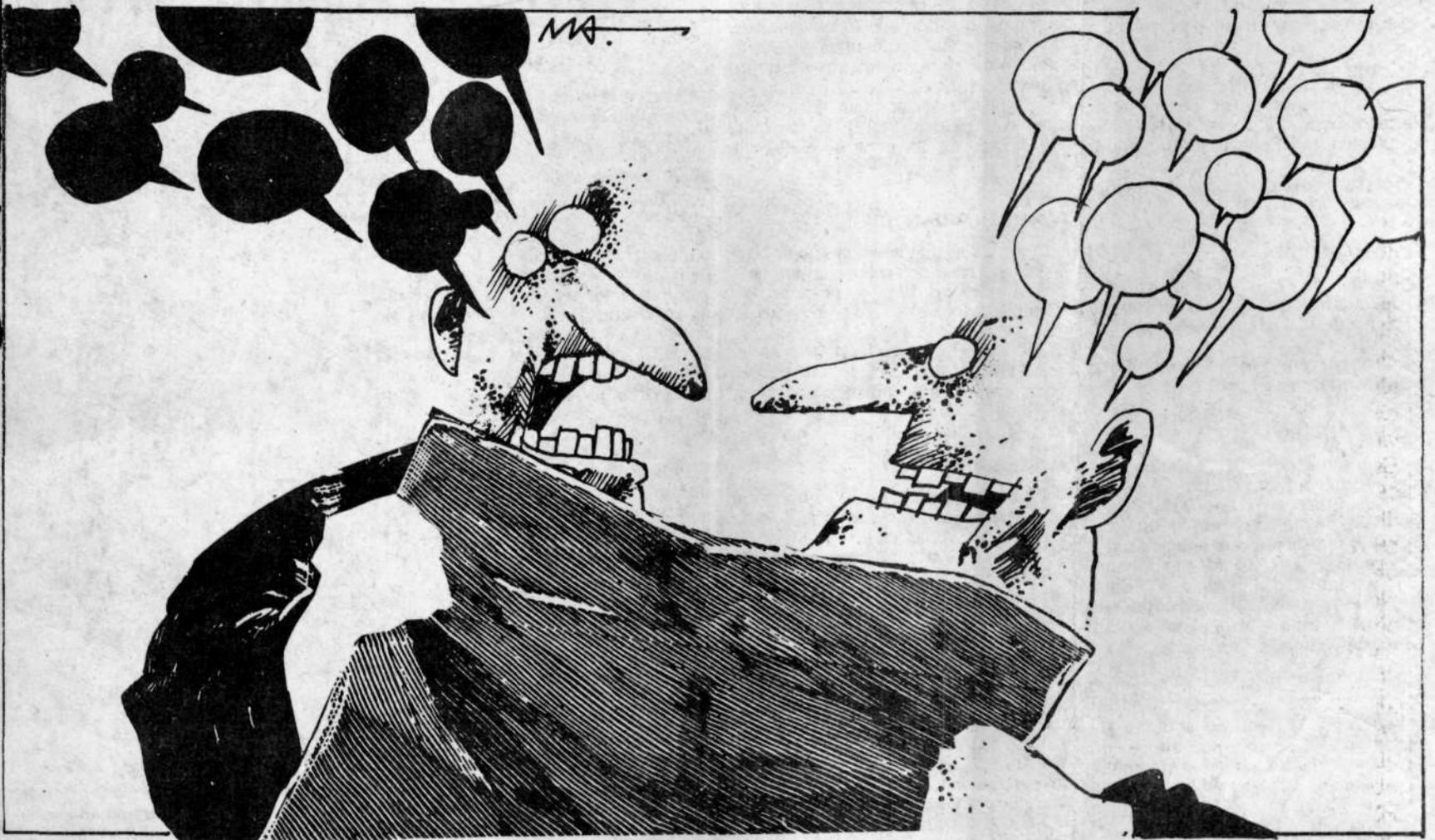


## Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo



### O parlamentarismo e o presidencialismo

JOSE LUIZ DE ANHAIA MELLO

É característica do primeiro sistema de governo, a opinião; e nota decisiva do outro, o governo de autoridade.

Nos países de alta vivência político-jurídica as marchas e contramarchas se compõem e tem-se a impressão de que o jogo democrático se desenvolve normalmente e sem percalços maiores.

É de se ver a convivência inclusive, de poderosos partidos de programas antagônicos no mesmo governo — a França é um exemplo que fala demais.

A Europa, e mais especificamente, a Escandinávia nos dá lições de práticas parlamentaristas invejáveis.

Então o sistema é bom? Não temos dúvida em afirmar. Aliás, em debate com o eminente prof. Miguel Reale, o grande pensador e publicista, na televisão, nos idos de 1961, não discordei dessa

postura (vide "Memórias do Mestre", vol. 2).

Era presidencialista, no Brasil, e seria parlamentarista no futuro, quando esta nação estivesse à altura do cometimento.

Esse estágio, qualquer um sabe e reconhece, impõe uma ampla vida partidária, uma programação política adrede assente e posta, e uma responsabilidade dos homens públicos longe de qualquer suspeita e dúvida.

Enfim, um aparelhamento democrático vivo e suficiente para suportar as matemáticas alterações de gabinete, vale dizer de governo. No Brasil, por certo, agora, teríamos uma sucessão de crises políticas sem o devido suporte da nossa incipiente, ainda, vida partidária.

Aliás, vale dizer, nem o atual governo presidencialista consegue se sustentar com os partidos, ou que nome tenham.

Vamos aos pontos essenciais: A América do Sul ainda vive debaixo do clima do "chefe".

Quem é o chefe? É o presidente...

Diriam outros é preciso acabar com essa idéia, que é do poder absoluto — "Le'état c'est moi".

Não há mais formas puras. Só se fala em mitigação de um e outro sistema.

Para quem escreve e o faz, o ideal é o presidencialismo com todos os freios democráticos, o Congresso e um Tribunal de Contas pela lei capacitado a segurar os excessos e a divinização da autoridade. É o suficiente...

O de que precisamos além dos partidos políticos é de uma política orientada no sentido de educar os nossos representantes para que saibam de uma vez por todas que eleição não é vaidade pessoal, não é medalha cívica a ser guardada pela

família, mas é trabalho, é disposição à causa pública, é muito mais dever que lazer.

É incrível que a esta altura da vida nacional ainda se esteja a escrever a esse respeito.

Concluindo, as formas de governo não são definidoras do Estado, não são marcas do sistema, mas cláusulas propostas para que uma determinada sociedade civil se autogoverne.

O plenário da Assembléia Nacional Constituinte tem agora a grande missão, a escolha.

E nós outros a outra extraordinária tarefa, a de viver a decisão da Constituinte com desejo de vivificar as fontes da verdadeira democracia — os partidos, a consciência partidária e a programação ideária, evitando o caos de não saber o que fazer.

JOSE LUIZ DE ANHAIA MELLO, 60, é presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e professor da Faculdade de Direito da USP.

### Os vasos do poder

RUTH ESCOBAR

Mas não é para morrer de vergonha?

No dia 3 de dezembro, 112 constituintes do PMDB ficam em plenário e votam com o "Centrão" a favor de mudanças no regimento que, no termo, ameaçam tudo quanto se conseguiu de "progressista" no projeto da nova Carta. No dia seguinte, alguns membros dessa mesma bancada decidem que eu devo ser expulsa do PMDB por ter apoiado Antônio Ermírio de Moraes ao governo do Estado.

Em junho deste ano, o Superior Tribunal Militar, julgando-me nos termos da Lei de Segurança Nacional baixada pelo regime autoritário, absolviu-me no processo em que fora condenada em primeira instância, de agredir a honra do então presidente da República, João Figueiredo.

Menos de quatro meses depois, o PMDB paulista é que me expulsava, considerando-me indigna de pertencer ao partido, por ter dado meu voto e meu apoio a Antônio Ermírio de Moraes. Os milicos me absolvem. Os civis me condenam.

Não poucas pessoas têm procurado deslindar a lógica que preside esses julgamentos do PMDB. Algumas acham que o inspirador de minha expulsão, o Orestes do Morumbi, não gosta de portugueses, apesar de ele próprio ser filho de imigrantes italia-

nos. Outros dizem que lhe é incômodo ver uma mulher em posição de proeminência no PMDB. Outros ainda lançam a hipótese de que, como o prestígio de Antônio Ermírio nas bases do PMDB continua intacto, é preciso começar a miná-lo por cima, expulsando-me. Alguns, mais realistas ou mais céticos, explicam que, vencedor o PMDB, eu não corri a fazer acordos, apagar meu passado, penitenciar-me de meu pecado e compor-me com os poderosos do dia.

Todas estas explicações — e muitas outras — tocam apenas nos sintomas. A verdadeira causa de minha expulsão do PMDB, ora ratificada pela sua Comissão de Ética nacional, é a desintegração do partido subsequente à sua assunção ao poder. Aquele PMDB que comandou a resistência à ditadura e liderou a cruzada nacional que resultou na eleição de Tancredo Neves e José Sarney, não durou, no poder, mais do que duram as rosas. Murchou e morreu, não de inanição, mas por excesso de adubo, este representado pelas "adesões" e "apoios" recebidos desde os primeiros êxitos eleitorais. Em paralelo, buscaram abrigo no PMDB figuras opacas, dedicadas à conquista da máquina partidária, cultoras do fisiologismo e do clientelismo.

Enquanto estávamos nos palanques, nas prisões, na resistência,

essas pessoas teciam a sua rede de domínio do partido. E quando, consolidada a Nova República — ou seja, a normalidade da transição democrática — supúnhamos chegada a hora de implantar o programa partidário, eis que surgem soberanos incontestes, os Orestes, os Newtons, os Ceccatos. Precisavam fazer um teste, para ver se a "máquina" respondia ao seu domínio. E então escolheram-me. Se, afinal, o partido não me expulsasse, poderiam comprovar o caráter democrático do PMDB. Se eu fosse expulsa — como fui — livrar-se-iam de alguém incômodo aos seus planos, com a vantagem de funcionar como escarmento para os demais: "Vejam o que lhes espera, se não aderirem e não curvarem a cerviz!"

A tática desses senhores é clara: tornar incômoda, aos inconformados, a permanência no PMDB, até que decidam, de moto próprio, deixar o partido por absoluta falta de ar. Não é o que estão fazendo com Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e tantos outros? Ou seja a permanência e o usufruto do poder são incompatíveis com o programa do PMDB, porque as pessoas que estão tendo seu espaço cada vez mais limitado no partido são, exatamente, aquelas que reclamam fidelidade aos compromissos com a democracia, com a transparência, com a morali-

dade administrativa, com o fim dos decretos-leis, com uma política econômica que garanta a soberania e desenvolvimento nacionais.

O grupo atualmente hegemônico no PMDB transformou, pois, o partido num gigantesco aparelho de estelionato eleitoral e político. Que, aliás, não poupa a si próprio. Pois o digníssimo presidente do PMDB paulista, que tanta força fez para minha expulsão, não estava ele entre os que votaram com o "Centrão"? Nada lhe aconteceu, nem vai acontecer, a não ser, talvez, um levíssimo puxão de orelhas de "papá" Quercia (em público), porque aos donos do poder tudo se pode permitir — eis a filosofia do novo PMDB.

Aliás, quanto mais o grupo hegemônico chafurda na incompetência e no pântano das irregularidades administrativas, mais aumenta a preocupação de seus integrantes com a própria higiene. Milhões estão sendo gastos para reformar os banheiros dos secretários, do Palácio dos Bandeirantes, do Palácio de Campos do Jordão. Para quem gosta de simbolismos, o PMDB oferece um vaso cheio.

RUTH ESCOBAR, 52, deputada estadual eleita pelo PMDB-SP e hoje sem partido, é atriz e também presidente de honra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.